

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO INFORMACIONAL

ACCESIBILIDAD E INCLUSIÓN INFORMACIONAL

Mônica Sena de Souza - monik_ssouza@hotmail.com
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará
(UFC).

Maria de Fátima Oliveira Costa - fatimaocosta@yahoo.com.br
Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual
Paulista (UNESP/Marília). Professora do Departamento de Ciências da
Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Hamilton Rodrigues Tabosa - hatabosa@yahoo.com.br
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Departamento
de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Fátima Maria Alencar Araripe - fararipe@gmail.com
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
Professora do Departamento de Ciências da Informação da Universidade
Federal do Ceará (UFC).

RESUMO

Introdução: Aborda a atuação do profissional da informação no atendimento das demandas informacionais de pessoas com deficiência na sociedade da informação. O bibliotecário é de fundamental importância para a efetivação e sucesso na inclusão informacional das pessoas com deficiência, considerando-se, ainda, a permanente educação continuada para sua qualificação profissional.

Objetivo: Refletir sobre a atuação do bibliotecário no atendimento aos usuários com deficiência, ressaltando as necessidades de melhoria em unidades de informação, identificadas na literatura científica, no que diz respeito à acessibilidade.

Metodologia: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com base na revisão de literatura em livros e artigos científicos, destacando como principais autores: Almeida (2000), Mazzoni (2001) e Sasaki (1997, 2002, 2005).

Resultados: A falta de acesso informacional por parte das pessoas com deficiência dificulta a sua participação social e política, conseqüentemente, reduz a sua condição de cidadania.

Conclusões: Ao bibliotecário cabe procurar educação continuada, um maior envolvimento nos eventos da área e a procura constante por capacitação profissional, o que refletirá sobre o melhor atendimento das necessidades de informação dos usuários com deficiências.

Palavras-chave: Acessibilidade informacional. Pessoas com deficiência – atendimento. Bibliotecário – atuação.

1 INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação, pautada pelas exigências das tecnologias da informação e da comunicação, conforme conceitua Barreto (2003, p. 2):

[...] é o espaço em que se torna universal o acesso aos conteúdos de informação dos estoques de documentos, para todos os habitantes de uma realidade. Esta condição só se realiza quando os possíveis beneficiários deste contexto informacional podem elaborar exata informação, em proveito próprio e para o seu desenvolvimento da realidade, onde partilham sua odisséia individual de cidadania.

Essa expressão, Sociedade da Informação, vem sendo debatida em nível nacional e internacional, tanto em discussões políticas nos países mais industrializados quanto no meio acadêmico. Podemos notar que a Sociedade da Informação agrega à sociedade uma relação estreita com a importância do acesso informacional.

Mazzoni et al. (2001, p. 29) afirmam que para todas as pessoas ter acesso à informação é parte indissociável da educação, do trabalho e do lazer, e isso, naturalmente, também se aplica às pessoas com deficiência. Em síntese, a conscientização e o reconhecimento dos direitos da pessoa como cidadãos devem ser os primeiros passos nesse caminho de busca pela liberdade de escolhas e de oportunidades.

É nessa perspectiva que o acesso à informação aparece como fundamental para o exercício da cidadania e implica em uma melhoria na qualidade de vida do cidadão. Com esse entendimento, Targino (1991, p. 159) argumenta que:

A qualidade de vida do cidadão passa pela difusão da informação. Passa por uma postura fundamentalmente social, passa pela democracia que tem assim, na informação o seu pressuposto maior e que significa força conjunta, engajamento social e político, ou seja, cidadania.

Ainda conforme essa autora, a manifestação da cidadania é feita mediante a sensibilização, participação e acesso a informações em qualquer que seja o suporte.

Nessa sociedade da informação, vive-se um momento caracterizado por mudanças e também pelo surgimento de oportunidades. Podemos observar movimentos sociais lutando pelas causas das minorias (homossexuais, idosos, deficientes, etc.), pelo reconhecimento de direitos humanos, pela reserva de mercado, pela educação e pela inclusão. A informação é fundamental para vencermos as barreiras do preconceito e da discriminação. Ao buscarmos a informação, exercitamos o respeito à diversidade humana. Munidos de informação, descobrimos que a maior barreira em relação às pessoas com deficiência, por exemplo, é a nossa própria atitude.

Nesse sentido, acreditamos que as mudanças de atitudes e paradigmas, em qualquer área profissional, tornam-se fundamentais para a construção de uma sociedade inclusiva, com o propósito de devolver a qualquer pessoa com deficiência, direito e reconhecimento social, conscientizando a todos de que ter deficiência não significa incapacidade e nem justifica o preconceito e a exclusão. Podemos evitar a discriminação, conforme afirma Goffman (1982, p. 24), para quem a “discriminação e a exclusão são estigmas, atributos profundamente depreciativos para muitas categorias de pessoas marcadas com algum sinal corporal que as diferencie daquelas tidas como normais”.

A filosofia da inclusão social, basicamente, defende a meta de se criar uma sociedade capaz de acolher todas as pessoas, independentemente das diferenças e necessidades individuais. Daí a necessidade de se oferecer um atendimento não igualitário, mas especializado a essas pessoas. Na visão de Sasaki (1997, p. 47) a inclusão social é percebida como

[...] um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas.

Então, a prática dessa inclusão social baseia-se na aceitação das diferenças e valorização de cada indivíduo, na convivência humana, e na aprendizagem por meio da cooperação. Há de se frisar que as intervenções deverão se esmerar em

promover a acessibilidade, que significa não apenas permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão dos mesmos, sem quaisquer restrições ou com as restrições mínimas possíveis.

Portanto, diante do exposto, é imprescindível pensar em Unidades de Informação que atendam a contento inclusive pessoas com deficiência, considerando suas necessidades especiais. No Brasil, temos dispositivos legais, como o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. O artigo 53 desse Decreto diz que:

As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaço reservado para as pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhantes, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação (INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS, 2002, p. 59).

No que se refere às unidades de informação, não podemos nos esquecer de que o bibliotecário é de fundamental importância para a efetivação e sucesso na inclusão informacional das pessoas com deficiência, considerando-se, ainda, a permanente educação continuada para sua qualificação profissional. Assim, “ele deve estar consciente que é um agente de mudanças ou que pode tornar-se um agente de mudanças” (CUNHA, 2003, p. 5), que pode e deve ter o poder de contribuir para a transformação da sociedade, permitir o acesso à informação para que todos tenham consciência de seus direitos e deveres na sociedade.

Desse modo, a pesquisa se orientou dentro do objetivo de propiciar reflexões sobre a atuação do bibliotecário no atendimento aos usuários com deficiência, ressaltando as necessidades de melhoria em unidades de informação identificadas na literatura científica no que diz respeito à acessibilidade.

Realizou-se, portanto, uma pesquisa bibliográfica, com base na revisão de literatura em livros e artigos científicos, destacando como principais autores: Almeida (2000), Mazzoni (2001) e Sasaki (1997, 2002, 2005).

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Existe uma diversidade acerca dos conceitos sobre o termo “pessoa com deficiência”. Encontramos em diversas leis aplicadas à Educação, Saúde e ao Trabalho, definições que apresentam variações de alguma natureza.

Muitas expressões modificaram-se ao longo dos tempos. Ocorrem, também, discussões sobre que termo utilizar ao nos referirmos a pessoas que possuem uma ou mais diferenças no funcionamento dos órgãos. Deficientes? Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PPNE)? Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD)? A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (BRASIL, 2007, p. 72), aprovada em Assembléia Geral da ONU, em 09 de dezembro de 1975, proclama em seu artigo I o seguinte:

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Ao longo dos tempos, o termo foi se modificando e, provavelmente, ainda poderá ser modificado mediante outras reflexões que impulsionem debates. Tentaremos conceituar o termo a partir de discussões já travadas entre intelectuais, movimentos sociais e Governo.

Para compreendermos os diversos significados do termo deficiência, devemos entender, também, os fatores genéticos, biológicos, políticos, sociais, que provocam deficiências, na medida em que a deficiência não pode ser vista personificada em quem a possui, e sim inserida na totalidade dos processos históricos. Deste modo, torna-se necessário conhecermos o conceito de cada um dos tipos existentes para facilitar o entendimento.

O Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 2005, p. 10-11), regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, utilizando as seguintes definições:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Explicitando o que diz o Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2005, p. 42-43), é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

a) Deficiência Física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) Deficiência Auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 HZ, 1.000 HZ, 2.000 HZ e 3.000 HZ;

c) Deficiência Visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) Deficiência Mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

e) Deficiência Múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Muitas são as denominações para conceituar essas pessoas e, a maioria delas, carregada de preconceito. Tentamos não utilizar neste trabalho o termo “portador de deficiência” porque ele dá a ideia de alguém que porta algo, pois o

verbo “portar” não se aplica para condições inatas ou adquiridas que estão presentes nas pessoas. Sassaki (2002, p. 20) afirma que:

Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras. Estas palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos.

Conforme este autor, com o uso de termos incorretos, os conceitos obsoletos, as idéias equivocadas e as informações inexatas são reforçados e perpetuados. Ainda de acordo com Sassaki (2002, p. 19), no mundo, as pessoas com deficiência querem ser chamadas pelo equivalente, em cada idioma, ao termo “pessoas com deficiência”. Assim, em países onde se fala a língua inglesa *persons with a disability* ou *people with disabilities*, na língua espanhola *personas con discapacidad* e no Brasil, em Portugal e em outros países onde se fala a língua portuguesa a expressão pessoa com deficiência é a mais recomendada.

[...] Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva). O termo preferido passou a ser pessoa com deficiência [...] (SASSAKI, 2002, p. 7).

Os termos incorretos, por sua vez, agem como perpetuadores e intensificadores de preconceitos. Conforme este autor, os termos aleijado, defeituoso, incapacitado e inválido eram usados com frequência até a década de 1980. Em 1981 foi proclamado o Ano Internacional dos Deficientes pelas Nações Unidas. Teve como objetivo chamar as atenções para a criação de planos de ação, na tentativa de dar ênfase à igualdade de oportunidades, reabilitação e prevenção de deficiências.

Existe ainda o tratamento da pessoa com deficiência pelo seu diminutivo, manifestação inadequada, pois dá a impressão de uma pessoa incompleta. Os termos corretos são cego, pessoa cega e pessoa com deficiência visual. Uma prática comum é usar a expressão “deficiente físico” ou “deficiências físicas” englobando todos os tipos de deficiência.

Quando se fizer referência a pessoas com qualquer tipo de deficiência, o correto é usar o termo “pessoas com deficiência”. Em relação ao termo “deficiente”, está caindo em desuso o termo quando usado como substantivo, como por exemplo, o deficiente físico. Nesse caso, o correto é usar a expressão “pessoa com deficiência física”.

A título de informação, conforme os resultados do Censo (IBGE, 2000) mostram que, aproximadamente, 24,6 milhões de pessoas, ou 14,5% da população total do Brasil, apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou mental.

Em todos os momentos da história da humanidade, percebe-se que as pessoas com deficiência foram alvo de comportamentos e reações distintas e contraditórias de exclusão e integração, conforme os diferentes contextos da sociedade. Esses comportamentos foram mudando de acordo com as transformações sociais, as descobertas científicas e tecnológicas e as mudanças culturais e econômicas ocorridas, de modo que se exige da sociedade uma atitude mais humanística de aceitação, tolerância, apoio e assimilação.

3 ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE

A acessibilidade significa não apenas permitir que pessoas com deficiências participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso desses por todas as parcelas presentes em uma determinada população.

No entendimento de Ferreira (1999), o vocábulo acessibilidade significa a qualidade de acessível; facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção; condição de acesso aos serviços de informação, documentação e comunicação, por parte de portador de necessidades especiais.

Diz respeito a locais, produtos, serviços ou informações efetivamente disponíveis ao maior número e variedade de pessoas, independente de suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais. Isto requer a eliminação de barreiras arquitetônicas, a disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da

informação.

A legislação nacional, especificamente a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, expressando em seu Art. 2º a definição de acessibilidade, como a

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

O acesso à informação contribui para o desenvolvimento da sociedade, gerando novas possibilidades para as pessoas, tornando-as aptas a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Costa (2004, p. 2) salienta que:

A democratização da informação acontece quando o acesso ao conhecimento é facilitado para todos, como bibliotecas, centros de cultura, possibilitando palestras abertas a comunidades diversas, exposições de livros, além de ações mais amplas, variadas, que contribuem para a conscientização e engrandecimento do povo.

Uma forma de propiciar o uso da informação pela sociedade em geral é que ela se encontre disponível e seja de fácil acesso. Essa disponibilidade deve estar apoiada em ações que permitam conhecer o que há e onde está, ou seja, que os usuários saibam o que existe sobre o assunto de seu interesse e como obtê-lo.

A sociedade da informação necessita de profissionais que acompanhem o avanço acelerado das Tecnologias da Informação e da Comunicação, assim como as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas nesta sociedade, e desempenhem com competência informacional o atendimento aos usuários da informação em geral e, em especial, às pessoas com deficiência.

O mercado passou a exigir um profissional com conhecimentos mais abrangentes, flexível, sensível às mudanças, com habilidades para enfrentar momentos decisórios e que tenha domínio sobre os equipamentos tecnológicos. Seguindo esse raciocínio, Cysne (1993, p. 133) afirma que:

Atuar como bibliotecário significa entender competência técnica através do domínio de um saber específico e da aquisição de

habilidades com vista à promoção, integração e intervenção do indivíduo e da coletividade através do acesso ao saber produzido e sistematizado, dentro de uma visão de que sua prática deve ser integrada ao contexto social mais amplo para que o profissional tenha a consciência da extensão social do seu trabalho.

É importante que o bibliotecário reflita sobre os desafios apresentados à enfrentar: a necessidade de construir uma sociedade inclusiva, que priorize a justiça, a equidade e o acesso e uso democrático da informação, com responsabilidade social.

Nesse contexto, esse profissional tem um papel importante, podendo contribuir para que todos, deficientes ou não, tenham acesso à informação, ao conhecimento e a tudo o que uma Unidade de Informação possa oferecer.

De acordo com Jacinto (2008, p. 99), “para atender adequadamente seus usuários com deficiência, o bibliotecário precisa, antes de mais nada, conhecê-los”. Quantos são, qual deficiência mais ocorre, o perfil econômico, o grau de escolaridade, as preferências e as áreas de interesse de leitura são exemplos de itens que devem ser do conhecimento do bibliotecário, com vistas a melhor oferta de produtos e serviços informacionais. A falta desse conhecimento impede que se pense e se desenvolvam práticas que auxiliem o uso das bibliotecas pelos deficientes.

Ao bibliotecário compete prover acesso a produtos e serviços informacionais, de modo a subsidiar as atividades e atender às necessidades de informação de seu público-alvo. Para isso, é preciso que atitudes concretas em prol desse público sejam tomadas.

Algumas adaptações merecem serem feitas e, não devem ser limitadas às dependências da biblioteca: numa biblioteca municipal, por exemplo, o profissional deve exigir da prefeitura que essas adaptações, nas mediações do prédio, sejam feitas. Por exemplo, as paradas de ônibus devem ser próximas e com rampas e semáforos para facilitar a travessia de ruas.

Assim, vemos que o bibliotecário deve intervir em diversos aspectos para que a unidade de informação por ele gerida possa oferecer um bom atendimento a deficientes. Dentre algumas das dificuldades encontradas pelos usuários com deficiência em Unidades Informacionais, Almeida (2000) cita as barreiras arquitetônicas, dificuldade de comunicação e compreensão, falta de materiais

especializados e a falta de tecnologia adequada e/ou adaptada, como as principais iniciativas.

Identificamos, na literatura especializada, alguns pontos onde o bibliotecário deve intervir visando proporcionar melhor acesso informacional no âmbito de suas unidades de informação. Esses pontos, destacados por Almeida (2000) e por Sasaki (2005) são, geralmente, considerados carentes de melhorias quanto à acessibilidade em bibliotecas, sendo elencadas como propostas de melhorias:

- A qualidade da sinalização (observando os princípios do desenho universal - uso de faixas-guia, letreiros em cores e tamanhos que permitam boa visibilidade, mapas táteis e informações em braille), de forma a que as pessoas saibam o que está disponível e em quais espaços (atendentes, consultas, banheiros, empréstimos, etc.);
- Eliminar os obstáculos existentes na passagem para cadeirantes e cegos;
- Incluir obras em braille no acervo, ou texto gravado ou em formato digital;
- Permitir o acesso das pessoas com deficiências (cadeirantes) a auditórios, inclusive ao palco, além de reservar espaço para deficientes;
- Instalar barras de apoio nas rampas laterais e escadas;
- Nos auditórios, instalar telas adequadas para a transmissão dos conteúdos das palestras;
- Instalar sistema que permita a regulagem rápida da altura das mesas em que estão os terminais de consulta ao acervo ou então que o acesso seja feito com a pessoa sentada;
- Disponibilizar acesso ao terminal de consulta através de micros que ofereçam melhor acessibilidade, tais como sintetizadores de voz, tela tátil e reconhecimento de fala;
- Sinalizar de forma mais adequada o conteúdo das prateleiras do acervo, observando o tamanho das letras e o uso das cores;
- Disponibilizar um funcionário que auxilie na localização dos livros nas estantes;
- Disponibilizar atendentes com habilidades específicas para lidar com

pessoas com deficiência, por exemplo, que sejam bilíngues em Libras;

- Dispor de recursos tecnológicos especiais, para uso de usuários com deficiência visual (sintetizadores de voz, lupa eletrônicas, livros digitais, etc.); e
- Nos banheiros, disponibilizar uma pia adequada para cadeirantes (com espelhos, papeleiras em alturas adequadas).

Todas essas ações são de fundamental importância para minimizar as diferenças entre os deficientes e os não-deficientes. O bibliotecário tem como grande responsabilidade social oferecer oportunidades concretas para que as pessoas realmente consigam usufruir da informação oferecida, contribuindo para que sua cidadania seja exercida.

4 CONCLUSÃO

As pessoas com deficiência sempre encontraram dificuldades de participação na vida social, não só por enfrentar o preconceito, o isolamento com a diminuição das relações sociais e o estigma por parte da comunidade, mas também pela carência de políticas públicas que facilitem seu acesso ao transporte, à moradia, aos serviços de saúde, à educação, enfim, às necessidades básicas a que os cidadãos têm direito. A falta de acesso dificulta a sua participação e, conseqüentemente, reduz a sua condição de cidadania, limitando a possibilidade de uma maior convivência social.

Logo, a inclusão social, cultural e informacional de pessoas com deficiência é uma possibilidade de reduzir as desigualdades, assim, é possível construir uma sociedade mais digna para todos, com ou sem deficiência.

Mudar a realidade, ainda persistente, é um projeto de médio ou longo prazo, no entanto, possível. É se projetando nas ações que as pessoas com deficiência obterão, definitivamente, o seu lugar na sociedade. Trata-se de um desafio que merece a atenção e a contribuição de todos.

Ao bibliotecário cabe refletir e assumir o seu compromisso ético com a profissão e com o desenvolvimento da área, procurando tomar consciência de que a educação continuada, o maior envolvimento nos eventos da área e a procura

constante por capacitação profissional são fundamentais para seu crescimento profissional, o que refletirá sobre o melhor atendimento das necessidades de informação dos usuários com deficiências. Cabe ao bibliotecário, também, assumir seu papel social de disseminador da informação e contribuir para a diminuição da exclusão informacional.

Assim, tal profissional deve disponibilizar o mundo de conteúdos informacionais a todo tipo de usuário e oferecer condições para que ele se sinta parte das instituições e venha a elas sem constrangimento.

Ao disponibilizar serviços especiais para todo e qualquer usuário, real ou potencial, deficiente ou não, a unidade de informação estará contribuindo para o crescimento do indivíduo e para o desenvolvimento da comunidade.

Enfim, acreditamos, que tais reflexões contribuam para o debate e análise do cenário social quanto à temática exposta, e para suscitar, nos bibliotecários, não só a vontade de incluir as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que se incluem nestas discussões e vivências e nas expectativas daqueles usuários especiais.

A inclusão é uma via de mão dupla, por sinal, enriquecedora para todos!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. O tempo e o espaço da sociedade da informação no Brasil. **Informação e Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 1-9, jan./jun. 2003.

Disponível em:

<<http://www2.uel.br/revistas/informacao/include/getdoc.php?id=368&article=130&mode=pdf>>. Acesso em: 18 maio 2009.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Brasília: MTE, SIT, 2007.

COSTA, Maria de Fátima Oliveira. **A informação e o exercício da cidadania**. 2004. Disponível em: <<http://www.dci.ufc.br/fatimacosta/fcosta.publ.html>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

CUNHA, Miriam da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 15, 1º sem, 2003.

CYSNE, Maria do Rosário Portela. **A biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: UFC, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE e CORDE abrem encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência**. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1>. Acesso em: 3 ago. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Conhecendo nossos direitos e deveres: legislação federal**. Rio de Janeiro: INES, 2002.

JACINTO, Solange de Oliveira. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2008.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, Brasília, ano 1, n.1, p. 19-23, out. 2005.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002. Disponível em: <bauru.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=9458>. Acesso em: 23 fev. 2013.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação–UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, p. 149-160, jul./dez. 1991.

Title

Accessibility and inclusion informational

Abstract

Introduction: Discusses the role of information professionals in meeting the informational demands of people with disabilities in the information society. The librarian is crucial for the effectiveness and success in the informational inclusion of people with disabilities, considering also continuing education for their professional qualification.

Objective: To provide reflections on the role of the librarian in serving users with disabilities, highlighting the need for improvement in information units, identified in the scientific literature with regard to accessibility.

Methodology: Literature search, based on a review of literature in books and scientific papers, highlighting the main authors: Adams (2000), Mazzoni (2001) and Sasaki (1997, 2002, 2005).

Results: The lack of informational access for people with disabilities hampers their social and political participation, hence, reduces its condition of citizenship.

Conclusions: The librarian responsible for seeking continuing education, greater involvement in the events of the area and the constant search for job training, which will reflect on the best service the information needs of users with disabilities.

Keywords: Accessibility of information. People with disabilities - care. Librarian - acting.

Título

Accesibilidad e inclusión informacional

Resumen

Introducción: Discute el papel de los profesionales de la información para satisfacer las demandas de información de las personas con discapacidad en la sociedad de la información. El bibliotecario es de fundamental importancia para la efectividad y el éxito en la inclusión de personas con discapacidad, considerándose, además, la permanente educación continuada para su calificación profesional.

Objetivo: Reflexionar sobre el papel del bibliotecario en el servicio a los usuarios con discapacidad, destacando la necesidad de mejora en las unidades de información, identificadas en la literatura científica en materia de accesibilidad.

Metodología: Investigación bibliográfica, basada en una revisión de la literatura en los libros y artículos científicos, destacando los principales autores: Adams (2000), Mazzoni (2001) y Sasaki (1997, 2002, 2005).

Resultados: La falta de acceso a la información para las personas con discapacidad dificulta su participación social y política, por lo tanto, reduce su condición de ciudadanía.

Conclusiones: Al bibliotecario le toca buscar formación continuada, una mayor participación en los eventos del área y la búsqueda constante de capacitación para el trabajo, que se reflejará en el mejor servicio de las necesidades informativas de los usuarios con discapacidad.

Palabras clave: Accesibilidad de la información. Las personas con discapacidad - asistencia. Bibliotecario - acción.

Recebido em: 03.09.2012
Aceito em: 10.05.2013